

APADEP

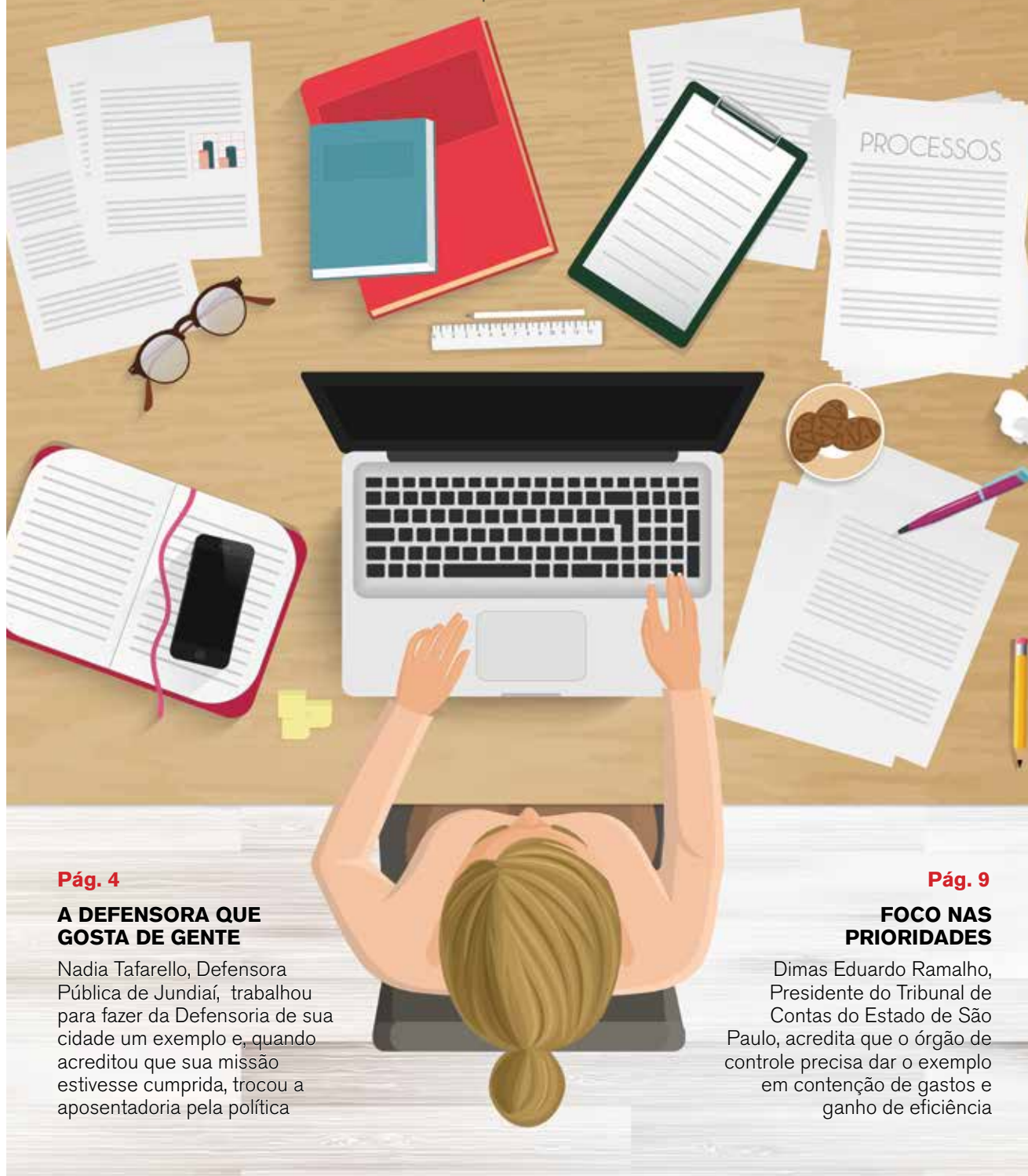
EM REVISTA

HomeOffice

Pág. 9

Poder Judiciário é pioneiro na adoção da modalidade de trabalho remoto no serviço público brasileiro e resultados são muito animadores

39



Pág. 4

A DEFENSORA QUE GOSTA DE GENTE

Nadia Tafarello, Defensora Pública de Jundiaí, trabalhou para fazer da Defensoria de sua cidade um exemplo e, quando acreditou que sua missão estivesse cumprida, trocou a aposentadoria pela política

Pág. 9

FOCO NAS PRIORIDADES

Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, acredita que o órgão de controle precisa dar o exemplo em contenção de gastos e ganho de eficiência



TUDO NOVO DE NOVO

A matéria de capa desta edição mostra como o serviço público brasileiro, com pioneirismo do Poder Judiciário, vem adotando a modalidade de teletrabalho e com ele obtendo aumento na produtividade dos servidores. Também sobre o home office, temos um artigo assinado por David José Vicente Martins, Defensor Público e ex-Coordenador da Tecnologia da Informação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Temos ainda a trajetória de Nádya Tafarello, Defensora Pública de Jundiá que, quando pensou que já tinha cumprido a sua missão, decidiu trocar a aposentadoria pela política nas eleições municipais de sua cidade.

A edição traz também uma entrevista exclusiva com Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do TCE-SP, que relata como, em quatro meses, sua gestão radicalizou na transparência, com a criação de canais online que recebem e difundem informações para os cidadãos e também com a utilização de

inteligência artificial para potencializar o trabalho realizado nas fiscalizações.

Por fim, como vocês já devem saber, este é o último editorial que assino como Presidente da APADEP. No dia 21 de junho, a chapa "Compromisso e Independência" venceu as eleições e Leonardo Scofano, que há nove anos está na Defensoria, assumiu a Presidência da Associação.

Foi a primeira vez que a APADEP utilizou o sistema eletrônico de votação, que permitiu que os Associados votassem de qualquer computador ou celular, por meio de login e senha, oportunizando que o resultado fosse conhecido apenas alguns minutos após o encerramento da eleição. Foi uma grande conquista.

Eu me despeço da Presidência com a certeza de que o novo Presidente continuará o nosso trabalho incansável para evitar retrocessos, efetivar a EC 80/14, conquistar reconhecimento e tratamento igualitário com carreiras

similares. A Leonardo e à toda nova gestão eu desejo um excelente trabalho e muita força para enfrentar os desafios atuais e os que ainda estão por vir. Repasso à nova Diretoria o maior patrimônio da Associação, seus associados. Até breve! ■



Foto: Dauner De Giulii

FRANCIANE MARQUES
Presidente da APADEP

EXPEDIENTE



Esta revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP), produzida pela Agência PPC – Paula Pedroso Comunicação.

Distribuída gratuitamente

Presidente
Franciane de Fátima Marques

Vice-Presidente
Paulo Sérgio Guardia Filho

Diretoria Administrativa
Patrícia Simeonato

Diretoria Financeira
Anna Cecília Silva Ferreira de Oliveira

Diretoria Jurídica
Rafael de Souza Miranda

Diretoria de Assuntos Legislativos
Anna Cecília Silva Ferreira de Oliveira

Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação
Bernardo Faêda e Silva

Diretoria de Articulação Social
Ariane Carolino de Pádua Paschoal

Diretoria de Previdência e Convênios
Patrícia Simeonato

Diretoria de Assuntos do Interior
Ariane Carolino de Pádua Paschoal

Diretoria Social e Cultural
Paulo Sérgio Guardia Filho

Conselho:
César Augusto Luiz Leonardo
Ana Carolina Minutti
Thiago Santos de Souza

Jornalista Responsável
Fernanda Bottoni
(MTb. 71.200)

Diagramação
Eduardo Lista

FALE CONOSCO

Mande dúvidas, sugestões, críticas ou comentários para



imprensa@apadep.org.br



Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16, 6º andar,
CEP 01015-010



11.3107.3347



www.apadep.org.br



Apadep



@APADEP



DIÁLOGO ABERTO

Presidente da entidade visitou Unidade VEC da Capital e Regional de Marília para discutir questões associativas e institucionais

A Presidente da APADEP, Franciane Marques, com Defensores na sede Regional de Marília

No último trimestre, o Projeto APADEP EM CAMPO visitou a Unidade VEC da Capital e também foi à sede da Regional de Marília, no interior do Estado, onde realizou um happy hour com os associados.

A primeira visita, realizada no dia 16 de junho, foi importante para que Franciane Marques, Presidente da entidade, pudesse se aprofundar nos diversos problemas locais. Entre os assuntos levantados, estavam as diversas dificuldades enfrentadas com os processos digitais e com o ESAJ. Os colegas também ressaltaram o fato de atualizações do sistema paralisarem os computadores no horário de trabalho. Além disso reclamaram que as decisões judiciais em processos do interior causam desigualdade entre os colegas. Outra ponderação foi a de que o processo digital de execução é incompleto, faltam as informações fundamentais e os apensos. Além disso, relataram que a rede não suporta a demanda de processos e consultas. Em função de tudo isso todo o atendimento está prejudicado, com muita lentidão, ocasionando reiteradas reclamações e questionamentos da Ouvidoria.

O modelo de atuação no plantão também foi questionado durante a conversa com a Presidente da APADEP. Os colegas afirmam que a demanda é muito grande, cerca de 200 pessoas por dia, o que é agravado pela grande quantidade de casos que vêm do interior, e por problemas com o Atendimento inicial da Regional Criminal que não está devidamente estruturado. Pedem acompanhamento quanto ao projeto de mudança do atendimento que está sendo noticiada pelo diretor do Fórum.

Por fim, também entrou na pauta a reclamação relacionada aos cartórios do DECRIM que, alegando falta de pessoal e estrutura, não conseguem dar atendimento a todo o público, o que acaba sobrecarregando ainda mais os Defensores com atendimentos para simples informações processuais e questões que poderiam ser resolvidas pelo cartório. Pediram intervenção nessa questão.

No dia 22 de junho, a APADEP esteve em Marília. Ali realizou um happy hour de confraternização para os associados no Restaurante e Pizzaria Chaplin.

Na manhã seguinte, dia 23 de junho, Franciane se reuniu com os associados na sede da Unidade para discussão de temas de interesse associativo e institucional. Na ocasião, os colegas cobraram o cumprimento da promessa de vinda de dois cargos que já deveriam ter vindo na última criação de cargos e também pediram a troca de equipamentos de informática. Eles também sugeriram a modificação do processo de credenciamento de estagiários a ser realizado pela própria Unidade e o andamento do processo do Conselho Superior da Defensoria Pública que trata do estágio voluntário, sugerindo que o CSDP avance nos vários temas que ali tramitam. Outros dois assuntos que vieram à pauta foram a premente necessidade de definição das atribuições e a revisão da deliberação 89, já que as Unidades estão sobrecarregadas com atendimentos da classe média. Por fim, os associados de Marília sugeriram uma modificação do relatório da Corregedoria, com a utilização dos dados que são inseridos no DOL e no ESAJ, e a indicação de advogados da FUNAP para atuação nos presídios locais. ■

A portrait of a woman with long, wavy brown hair, smiling warmly at the camera. She is wearing a black top. The background is a plain, light-colored wall. A red horizontal band is overlaid on the lower part of the image, containing white text.

A DEFENSORA QUE GOSTA DE GENTE

Defensora Pública de Jundiaí, Nadia Tafarello trabalhou para fazer da Defensoria de sua cidade um exemplo e, quando acreditou que sua missão estivesse cumprida, trocou a aposentadoria pela candidatura ao Legislativo da cidade



Quando estudava Direito pela Universidade de São Paulo (USP), a Defensora Pública Nadia Tafarello queria trabalhar no XI de Agosto para colocar seu conhecimento à disposição da população carente. “Sempre fui briguenta, era chamada de pimentinha desde o maternal, queria brigar pelos direitos dos mais pobres, mas não pude fazer isso porque meus pais estavam desempregados e contavam com a minha ajuda”, conta. Com esse foco, Nadia conseguiu um estágio no Pinheiro Neto Advogados. O contato com o escritório foi obtido por meio de uma amizade feita quando frequentava a Aliança Francesa. “Eu estudava idiomas porque também queria ser diplomata”, lembra. “Eu queria tudo naquela época e foi assim que conheci a mulher de Sidnei Beneti, ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que encaminhou meu currículo para o escritório”, diz ela.

Durante os cinco anos em que trabalhou lá, inclusive depois de sua formatura, em 1988, a Defensora conheceu ótimos amigos, mas nunca se sentiu realizada. “Aqueles pessoas não precisavam de mim, elas tinham dinheiro e eu queria atender quem não tinha nada”, conta. Foi por isso que, em 1991, ela decidiu prestar concurso para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP). Sem ler o edital com atenção, ela apareceu na primeira fase sem um livro sequer para consulta à legislação. “Não devo ter ficado entre as melhores colocadas nessa etapa, mas mesmo assim fui aprovada”, lembra.

Na PGE, ela começou pela Procuradoria de Assistência Judiciária da 3ª e da 7ª Vara Cível de Santana, na Zona Norte de São Paulo. “Chorei o primeiro mês inteiro”, revela. “A realidade daquelas pessoas era muito triste.” Do segundo mês em diante, ela parou de chorar e começou a brigar por elas. “Tive muita ajuda do Procurador Nivaldo Munari, que me acompanhou no começo da carreira, quando eu ainda era muito crua”, lembra.

Quatro anos depois, Nadia se tornou mãe e tomou mais uma decisão na vida. “Quando minha filha nasceu, decidi voltar para Jundiá”, conta. No retorno à cidade natal, não demorou muito para ela assumir a 1ª Vara Criminal da cidade, onde trabalha até hoje. “Eu estava acostumada com Família, no começo levei um susto”, diz ela.

Há dez anos, quando da criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Nadia foi uma entre os 87 Procuradores que optaram por ela. “Eu demorei um tempo para fazer a opção porque nunca me entendi bem com computador e internet”, lembra. A pressão partiu dos seus estagiários, que conheciam de perto a sua vontade de ajudar os mais carentes. “Hoje tenho certeza de que não poderia ter feito coisa mais certa”, afirma. “Na Procuradoria, a Assistência Jurídica era apenas um braço, mas na Defensoria estamos totalmente voltados para a população carente”, diz ela. “Com a criação da Defensoria, eu me senti mais forte e mais acolhida”, revela.

Logo em 2006, Nadia foi Chefe de Gabinete da Cristina Guelfi, primeira Defensora Pública-Geral de São Paulo. “Não gostei desse negócio de gabinete, eu gosto de gente, gosto de trabalhar perto das pessoas”, afirma. No entanto, os curtos quatro meses que ela passou no gabinete valeram para toda a sua carreira na Defensoria. “Eu conheci os sonhos deles e batalhei para deixar a

Defensoria nos moldes sonhados pela Cristina”, revela. “Quis fazer de Jundiá um exemplo.”

Nesse período, uma das grandes brigas que ela encarou na cidade foi pela abertura das creches em tempo integral. “Elas simplesmente fechavam as portas durante os meses de julho, dezembro e janeiro e mães não tinham com quem deixar as crianças para trabalhar”, lembra. A Defensora soube que, em São Miguel Paulista, já tinham questionado isso na Justiça e encaminhou a sentença para a Prefeitura, onde estavam Miguel Haddad, então prefeito da cidade, e Luiz Fernando Machado, que era o vice-prefeito. Não houve solução extrajudicial. “Mas, em 2009, eu ganhei a ação”, afirma. As creches passaram a abrir o ano todo, não exatamente da forma como Nadia e as mães gostariam, mas foi uma vitória.

No entanto, a briga que intensificou sua fama de “brava” pela cidade, fez com que ela tivesse maior contato com o poder público. O que ela não imaginava era que, exatamente quando se preparava para se aposentar com a sensação de dever cumprido, sua atuação traria mais uma guinada para sua vida. “Eu trabalhei 12 horas por dia durante um ano para que a população fosse bem atendida aqui”, afirma. “Agora que temos um prédio bom, com oito Defensores, pensei que tivesse cumprido a minha missão e pudesse me aposentar para finalmente fazer o que não pude quando era jovem e sem dinheiro”, afirma. Os planos mudaram quando, por acaso, Nadia foi a um jantar do PSDB e reencontrou antigos estagiários, como Fernando de Souza, que hoje é Presidente do Partido na cidade, e Thiago Maia, que é Chefe de Gabinete de Luiz Fernando Machado, o ex-Vice-Prefeito da época da discussão pela abertura das creches que hoje é Deputado Estadual pelo PSDB. Encontrou também Vanessa Machado, esposa de Luiz Fernando e ex-estagiária do Ministério Público, que a abordou e pegou seu telefone para conversar em outra ocasião. Dias depois, Nadia recebeu a ligação de Luiz Fernando convidando-a para se filiar ao partido. Depois de muitos almoços e muitas conversas sobre os problemas da cidade, ela aceitou também o convite para se candidatar a vereadora. “O assédio para eu sair candidata existe há mais de 16 anos, mas, desta vez, eles me convidaram pelo meu trabalho, porque sabem que eu tenho algo a dar para a população, e não simplesmente para cumprir cotas, como já ocorreu”, relata.

Animada com a possibilidade de fazer parte do Legislativo Municipal, Nadia está determinada a trabalhar na causa dos problemas sociais – e não mais nos efeitos, como trabalhou por tanto tempo na área criminal da Defensoria. “Sempre falo que a população carente só sente o Estado na hora de ser presa, porque, antes disso, faltou tudo – escola, saúde, remédio, é tudo muito precário”, afirma. Nadia diz querer trabalhar, por exemplo, nas causas que levam um menino de dez anos a pegar um carro e estar armado. “Ninguém nasce assim, que vida esse menino teve para chegar aos dez anos desse jeito?”, questiona. Ela sabe que esse é um trabalho difícil, que exige ações de longo prazo. No curto prazo, por outro lado, sua meta é aprender a pedir votos. “Eu sempre conquistei as coisas sozinha e agora, para continuar trabalhando, preciso da ajuda da população.” ■



CAPA

HOME OFFICE VIROU REALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

*Poder Judiciário experimenta teletrabalho com pioneirismo e
descobre ganhos na produtividade dos servidores*

Aumentar a produtividade dos funcionários e reduzir as despesas dos empregadores. Essa dupla que já levou empresas do mundo todo a adotar o home office também vem impulsionando o serviço público brasileiro – com pioneirismo do Poder Judiciário – a experimentar a modalidade em que os funcionários podem exercer suas funções remotamente. Os resultados desses experimentos foram tão animadores que acabaram chegando à Câmara dos Deputados, com a apresentação do Projeto de Lei 2723/15, de autoria do Deputado Federal Daniel Vilela (PMDB-GO), autorizando os órgãos públicos federais a instituir sistema de trabalho remoto. No dia 29 de junho, o PL foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A regra vale para todos os servidores atingidos pela Lei 8.112/90, que são servidores da administração direta dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; autarquias e fundações federais.

Uma das experiências pioneiras nessa modalidade foi a do Tribunal de Contas da União (TCU), que regulamentou

o teletrabalho em 2009, com limite máximo de 30% da lotação. Na época foram definidos como trabalhos passíveis de serem realizados nessa modalidade aqueles cujo desenvolvimento, em determinado período, demandassem maior esforço individual e menor interação com outros servidores, como é o caso de instruções, pareceres, relatórios, roteiros, propostas de normas e de manuais, entre outros. Foi estabelecida também a exigência de que os trabalhos fossem realizados com produtividade 15% superior à usual. No mesmo ano, a nova modalidade foi utilizada por 252 servidores em 2009. No ano seguinte, em 2010, ela já foi adotada por 369 servidores.

Na ocasião, o MPF/DF avaliou que as Portarias do TCU 139/2009 e 99/2010, que autorizam determinados servidores deste Tribunal a desempenhar suas atividades fora do órgão, não violavam os princípios de isonomia e moralidade ao criar direitos a uma classe restrita de servidores do Tribunal e que estas estabeleciam critérios eficazes para controle de segurança, qualidade e eficiência do serviço externo.



O Tribunal Superior do Trabalho (TST) também está entre os pioneiros. Ele iniciou um piloto em 2012 e, já em julho de 2014, aumentou de 30% para 50% o percentual de servidores que poderiam solicitar o benefício do teletrabalho. O Ministro Barros Levenhagen, então presidente do TST, considerou o resultado do piloto bastante positivo. "A produtividade dos servidores que participaram da primeira etapa de implantação do teletrabalho aumentou muito", disse ele. A afirmação foi endossada por Ronaldo Eustáquio de Andrade, que era coordenador da área de Classificação, Autuação e Distribuição, que tinha maior número de servidores atuando em casa. "Espontaneamente, todos conseguem ultrapassar em até 5% a meta mensal, o que mostra o sucesso do sistema", afirmou ele. Naquele mesmo ano, o TST concretizou parceria com 16 Tribunais Regionais do Trabalho e também os desembargadores passaram a trabalhar remotamente. Dezesseis deles auxiliaram o TST a baixar o número de agravos de instrumento em recursos de revista (AIRRs), classe processual mais numerosa no TST, sem precisar sair de seus Estados, utilizando o Projeto Judicial Eletrônico (PJe). A iniciativa, segundo afirmou o TST na época, reduziu as despesas drasticamente. Isso porque o sistema convencional previa a permanência dos magistrados em Brasília por 30 dias seguidos, mediante pagamento de diárias corridas. Com o teletrabalho, a distribuição dos processos e a remessa dos votos passaram a ser feitas eletronicamente e os desembargadores passaram a ir ao TST apenas uma vez por mês, para o julgamento dos processos.

Também em busca de aumento de produtividade e qualidade de trabalho dos servidores, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disciplinou a modalidade de trabalho remoto por meio da Resolução n. 227/2015, aprovada no dia 14 de junho deste ano. Entre as regras está a limitação da oportunidade de trabalho remoto a 30% da lotação, podendo a Presidência do Tribunal aumentar essa faixa para até 50% em casos excepcionais, e meta para servidores em teletrabalho superior a dos servidores que trabalham nas dependências do órgão. Os interessados devem ter perfil adequado para o trabalho remoto. Entre eles, têm prioridade aqueles com deficiência, que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência, gestante e lactantes, que demonstrem comprometimento e habilidade de gerenciamento do tempo e organização ou que estejam gozando de licença para acompanhamento de cônjuge. Segundo o CNJ, somente na 4ª Região da Justiça Federal, por exemplo, há 403 servidores em regime de teletrabalho, sendo 62 no Tribunal Regional Federal (TRF4), que instituiu a modalidade em 2013. Em consequência dos bons resultados obtidos pelo trabalho remoto, o limite inicial de 30% da lotação foi ampliado, em 2015, para 40%,

PROCESSOS



podendo ser ainda maior quando apresentado plano de gestão e demonstração, por escrito, de que a medida não comprometerá o adequado funcionamento da unidade. A norma do Tribunal determina que a meta de desempenho exigida do servidor em regime de teletrabalho em domicílio deverá ser igual ou até 10% superior àquela estipulada para os demais servidores. Há ainda a modalidade semipresencial, em que o servidor realiza o trabalho à distância, por exemplo, em dois dias na semana.

Na Justiça Estadual, o Tribunal de Justiça São Paulo (TJSP) implementou oficialmente o teletrabalho em 21 de maio de 2015. Na data, foi relatado que, no projeto piloto, a produtividade dos funcionários tinha aumentado 33%, em média, na elaboração de expedientes e 47% nas movimentações. “O teletrabalho proporciona aumento da produtividade, com melhoria da qualidade de vida do servidor”, afirmou a juíza assessora da Presidência, Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva, que integrou a comissão de implantação. A modalidade foi oferecida a escreventes técnicos judiciários que trabalham com processo digital, em cartórios judiciais. O principal pré-requisito é ter perfil para a atividade. Também é exigido que o funcionário em teletrabalho apresente aumento de produtividade de, no mínimo, 15% em relação ao que realiza no cartório, na forma presencial. No TJSP, o teletrabalho pode ser exercido somente em um ou dois dias na semana e não pode exceder 20% do contingente da unidade.

A implementação da modalidade já havia sido sinalizada na ocasião da posse do então presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Nalini, ao tomar posse, em 2 de janeiro de 2014. “Hoje, trabalhamos com a internet e é muito fácil executar tarefas a distância”, disse ele. “Não é porque o servidor vai ficar em casa que deixará de produzir, ao contrário, economizará o tempo do deslocamento, a necessidade de se vestir adequadamente para vir ao Tribunal”, afirmou.

Neste ano, também o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) regulamentou o teletrabalho pela Instrução Normativa TJPE n. 6, de 1º de fevereiro de 2016, com quantidade de servidores trabalhando a distância limitada a 20% da lotação do setor, exceto em relação aos assistentes de juízes que poderão aderir ao programa a critério do magistrado, independentemente do percentual. O regime começou a funcionar, em caráter experimental, em abril, e teve logo adesão de 19 servidores, mesmo com as altas exigências de ganho de produtividade. Para os incluídos no regime de teletrabalho integral, a meta de produtividade é 30% superior à meta dos que atuam exclusivamente de forma presencial. Os que atuam em regime de teletrabalho parcial, durante 2 ou 3 dias por semana, têm meta 10% mais elevada. O mais surpreendente é que o relatório de produtividade apresentado mostrou que os servidores em regime de teletrabalho integral têm superado em quase 10% a meta estabelecida e os que estão em regime parcial superaram em 16,56% o índice fixado.

A iniciativa também tem sido adotada por outras Cortes do país, como o Supremo Tribunal Federal, que optou pelo modelo em fevereiro, e o Superior Tribunal de Justiça, que começou um projeto-piloto em abril.

Em março deste ano, também o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) regulamentou a adoção do teletrabalho, em caráter experimental. Segundo Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do TCE-SP, a avaliação até o momento é muito positiva e já houve relatos de melhora na qualidade das atividades desenvolvidas a distância e também em relação à economia, com redução na conta de energia elétrica e no consumo de materiais. (Confira entrevista exclusiva com Dimas Eduardo Ramalho na página 9).

Se o home office de fato é capaz de aumentar a produtividade e ainda reduzir custos, possivelmente também a Defensoria Pública do Estado de São Paulo deva considerar a sua regulamentação, especialmente por ser um instrumento de economia, tão precioso na atualidade. Segundo David José Vicente Martins, ex-Coordenador da Tecnologia da Informação da Instituição, a Defensoria já está devidamente preparada para enfrentar esse avanço. Para saber mais, confira seu artigo na página 12. É esperar para ver. ■



ENTREVISTA



DIMAS EDUARDO **RAMALHO**

Presidente do TCE-SP

“SE O DINHEIRO ESTÁ CURTO, A SUGESTÃO É CONCENTRAR NAS PRIORIDADES”

Dimas Eduardo Ramalho, presidente do TCE-SP, acredita que o órgão de controle precisa dar o exemplo em contenção de gastos e ganho de eficiência

Formado em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Dimas Eduardo Ramalho assumiu a presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) em fevereiro deste ano, anunciando metas para combater o mau uso de recursos e aproximar a população da Instituição. Quatro meses depois, em entrevista à APADEP em Revista, ele relata que sua gestão radicalizou na transparência, com a criação de canais online que recebem e difundem informações para os cidadãos e também com a utilização de inteligência artificial para potencializar o trabalho realizado nas fiscalizações. Ele afirma, no entanto, que para aproveitar o que a inovação tecnológica oferece é preciso mexer no fluxograma de processos, no perfil das equipes e na própria infraestrutura das instituições.

O TCE como órgão fiscalizador dos gastos públicos tem adotado medidas para contribuir na eficiência da utilização dos recursos públicos?

Costumo dizer que, por sermos um órgão de controle, precisamos dar o exemplo. Nossa função é zelar para que os outros cuidem bem do dinheiro público e, por isso, começamos em casa. Radicalizamos na transparência. Olhamos muito para as pequenas coisas, como reduzir o consumo de energia elétrica, de combustível, de telefone, etc. E apostamos principalmente no ganho de eficiência por meio da tecnologia. A rede de teleconferência que instalamos este ano barateou, por exemplo, reuniões entre equipes de nossas unidades regionais e a sede, além de viabilizar a sustentação oral à distância nas sessões do TCE. Outro exemplo são os aplicativos e sistemas que passamos a utilizar em nossas atividades de fiscalização, que economizam milhares de horas de trabalho no processamento de dados.

No papel fiscalizador exercido pelo TCE, quais medidas mais inovadoras foram observadas dentre as utilizadas pelos órgãos da Administração Pública para o contingenciamento de gastos?

A economia e a melhoria da eficiência no serviço público precisam ser encaradas como metas permanentes e não apenas circunstanciais, para evitar a bancarrota em momentos de crise. O que o Tribunal de Contas observa é que o investimento na estrutura de controle interno dos órgãos públicos, como a criação de controladorias e ouvidorias, tem uma relação estreita com a melhoria da gestão. A transparência e as ferramentas de controle obrigam o gestor a planejar e executar os gastos com mais responsabilidade.

Em que medida a integração da tecnologia da informação na gestão pública modifica as estruturas administrativas e os modelos de trabalho?

A introdução da tecnologia da informação na gestão pública e nas atividades de fiscalização é algo recente e com uma capacidade de transformação impressionante. Mas, para aproveitarmos o que a inovação tecnológica nos oferece, é preciso mexer no fluxograma de processos, no perfil das equipes e na própria infraestrutura das instituições. O controle externo digital que estamos implementando no TCE, por exemplo, tem dois eixos. Primeiro, aproximar a instituição do cidadão por meio de canais online que recebem e difundem informações. Segundo, utilizar inteligência artificial para potencializar o trabalho já realizado em nossas fiscalizações. Como estamos fazendo isso? Investindo em capacitação de pessoal e em sistemas e equipamentos de última geração.



O Conselho Nacional de Justiça, recentemente, avançou na regulamentação do teletrabalho no âmbito do Judiciário. No TCE, houve a adoção desse modelo?

Sim, começamos de forma gradual. Publicamos resolução em março regulamentando o teletrabalho, inicialmente em caráter experimental. Estabelecemos critérios para conceder o benefício além de regras para controle e avaliação dos funcionários autorizados a trabalhar de casa.

Quais os resultados obtidos? O que representa, em termos de economia na gestão pública, a adoção desse sistema?

Nossa avaliação até o momento é muito positiva. Tivemos relatos de gestores que perceberam melhora na qualidade das atividades desenvolvidas à distância, possivelmente em razão de maior facilidade de concentração do servidor. Em relação à economia, percebemos redução na conta de energia elétrica e no consumo de materiais. Além disso, a implantação do teletrabalho teve baixíssimo custo, porque já dispúnhamos da tecnologia necessária para viabilizar o acesso remoto dos servidores à rede interna e aos aplicativos do TCE.

A adoção do teletrabalho para parcela dos servidores de um órgão pode ser interpretado como quebra da isonomia à medida que cria direitos a uma classe restrita de servidores?

Do nosso ponto de vista, mecanismos que estimulam a produtividade e que premiam quem tem mérito devem ser bem-vindos na gestão pública. O servidor que trabalha de casa não está deixando de trabalhar nem se afastando de seu gestor. Pelo contrário, ele terá o desempenho avaliado constantemente e talvez com um rigor ainda maior.

A adoção do teletrabalho pressupõe investimentos na área de TI e no treinamento dos atores. Como caminhar para esta implementação num momento de grave crise econômica com contingenciamento dos gastos públicos?

A missão do TCE é zelar pela gestão correta dos recursos públicos e pelo equilíbrio nas contas. Então, se o dinheiro está curto, minha sugestão é concentrar nas prioridades e cortar outros gastos. O importante é estudar o projeto e mensurar o impacto que um investimento dessa natureza teria no orçamento no curto e longo prazo. Não há receitas fáceis. ■



ARTIGO

DAVID JOSÉ VICENTE **MARTINS**

EX-COORDENADOR DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO





O HOME OFFICE NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com o crescimento da tecnologia de acesso à internet, do conceito de “nuvem” e de *desktop* virtual, uma nova ideologia vem tomando conta do mercado profissional e promete se tornar um poderoso método de trabalho nos próximos anos: o teletrabalho, também conhecido como *home office*, já regulamentado por diversos Tribunais de Justiça e recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça.

Com essas tecnologias, o acesso aos diversos sistemas da empresa ou do Governo pode ser feito dos computadores dos trabalhadores, permitindo acessar de casa, ou de qualquer lugar em que estiverem, seus e-mails e aplicativos, de forma segura. Esse ambiente virtual facilita a atualização de novas versões de *software*, a realização *backups* e a manutenção dos sistemas.

Tendo por base esses preceitos, nos últimos anos, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo investiu no desenvolvimento do Defensoria OnLine, sistema que auxilia e cada vez mais auxiliará na realização das atividades ordinárias, tendo por escopo a criação de um ambiente virtual que reproduza as atividades cotidianas da Defensoria.

Nesse sistema, o Defensor Público tem acesso a todo o histórico de atendimento dos usuários, bem como à respectiva avaliação financeira, possibilitando-se ainda o *upload* de documentos relevantes para o caso.

No perfil de cada usuário, o Defensor tem acesso ao cartório/secretaria, que controla a carga e devolução dos autos, a distribuição dos processos, a configuração da agenda e a gerência dos processos arquivados, bem como a realização e consulta aos agendamentos da unidade de atuação.

Não obstante, em seu escaninho virtual é possível acessar e cadastrar os prazos e as audiências, visualizar as providências pendentes nos casos de competência do Defensor Público bem como os atendimentos que devem ser revistos. Esse escaninho ainda dá acesso aos processos novos, aos processos que estão em carga bem como aos processos ativos da banca do Defensor Público. É possível, também, incluir processos judiciais e cadastrá-los. Há ainda diversas funcionalidades administrativas, como a revisão de denegações, de competência dos Coordenadores Regionais.

Observa-se que se reproduziu de forma virtual a banca judicial e todas as atividades administrativas da Defensoria Pública do Estado. E é nesse ponto que o DOL se integra perfeitamente com o conceito de *home office*: é possível acessar e executar de qualquer lugar as atividades ordinárias.

Como todo sistema, o DOL está em constante evolução e permitirá, num futuro próximo e desejável, de acordo com o modelo nacional de interoperabilidade estabelecido pelo

CNJ, integrar-se ao SAJ, sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo qual são cadastrados e tramitados os processos judiciais eletrônicos.

Ainda que antes dessa integração, por meio da interface web do SAJ, chamada de portal E-SAJ, o Defensor Público atua recebendo e sendo intimado dos processos judiciais eletrônicos e, se for o caso, por meio do *upload* de arquivo *pdf*, proferindo as cotas necessárias para o regular trâmite processual, além de distribuir as petições iniciais.

Além desses sistemas principais, outros sistemas institucionais relevantes auxiliam o Defensor para a execução de tarefas remotas, como a mensageria eletrônica do *Outlook*, que permite, ainda, o cadastro de tarefas e das atividades na agenda eletrônica.

Há, ainda, o *Lync*, software de comunicação que permite o contato e a realização de chamadas entre pessoas da Instituição.

De igual relevância ao DOL, o sistema de Gestão de Recursos Humanos permite o gerenciamento de toda a vida institucional do Defensor Público, como férias, afastamentos, substituições e visualização do holerite.

Saliente-se também que foram adquiridos e distribuídos *notebooks* aos Defensores por meio de licitação realizada nos últimos anos. Atualmente, a aquisição de novos equipamentos é feita pelo Pró-hardware, disciplinado pela Deliberação Conselho da EDEPE nº 09, por meio da concessão de auxílio financeiro, via reembolso, para a aquisição de equipamentos de informática portáteis, adquiridos em estabelecimentos comerciais nacionais, pertencentes às categorias previstas no regulamento.

Além disso, cada Defensor Público possui seu certificado digital custeado pela Defensoria Pública, o que garante a autenticidade dos atos praticados no mundo virtual.

Vê-se, portanto, que é possível ao Defensor Público executar sua atividade rotineira em *home office*, excetuando-se, obviamente, a realização de audiências e o atendimento ao público, com enormes ganhos à qualidade de vida, uma vez que, com a organização adequada, o ambiente de trabalho domiciliar, livre do estresse do trânsito e próximo à família, haverá aumento do rendimento criativo.

Além disso, haverá redução de custos, como energia elétrica e gastos com equipamentos de tecnologia, como computadores e pontos de rede. Em termos coletivos, colabora para a redução do trânsito e da poluição das cidades. Nesse cenário nacional, é necessária a reflexão inicial e posterior discussão sobre a edição de norma que regulamente o *home office* na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, instituição reconhecida pelo seu pioneirismo e inovação. E que esse avanço venha logo. E que o computador travar seja um estímulo a buscar o avanço. ■



DIA DO DEFENSOR, ATIVIDADES NA ALESP E EM BRASÍLIA, POSSE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, POSSE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ELEIÇÃO APADEP

Este trimestre foi marcado por grandes eventos e pela novidade da votação eletrônica nas eleições da APADEP. No dia 19 de maio, o Dia Nacional da Defensoria Pública e o Dia do Defensor Público do Estado de São Paulo foram comemorados com uma série de eventos, como a iluminação especial que deixou verdes o Viaduto do Chá, a Biblioteca Mário de Andrade e o Monumento às Bandeiras e a prestação de orientação jurídica aos cidadãos sobre demandas relativas à saúde em atendimento realizado no Pateo do Collegio, no centro de São Paulo, entre 9h e 17h. O trabalho foi resultado da parceria da APADEP, Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) e Defensoria Pública do Estado de São Paulo e teve como mote a Campanha Nacional "Garantir o seu direito é nosso maior feito". No mesmo dia, a Associação promoveu um happy hour aos Associados, em sua sede, e realizou o sorteio de três jantares no restaurante Paris 6.

Ao longo do trimestre, a APADEP também esteve na ALESP acompanhando a tramitação do PLC 58/2015 e a emenda substitutiva apresentada pelo Deputado Campos Machado, que exclui do projeto a recomposição inflacionária dos Defensores Públicos. A APADEP requereu ao novo DPG uma reunião para discutir a pauta associativa, que inclui tramitação e aprovação do projeto original e a preservação da iniciativa legislativa que está sendo inaugurada com o PLC.

Em 31 de maio, Franciane Marques e o então Diretor Legislativo Assistente, Leonardo Scofano, reuniram-se com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, para tratar da auditoria extraordinária que culminou na decisão sobre o

sistema remuneratório dos Defensores que se encontra em fase recursal.

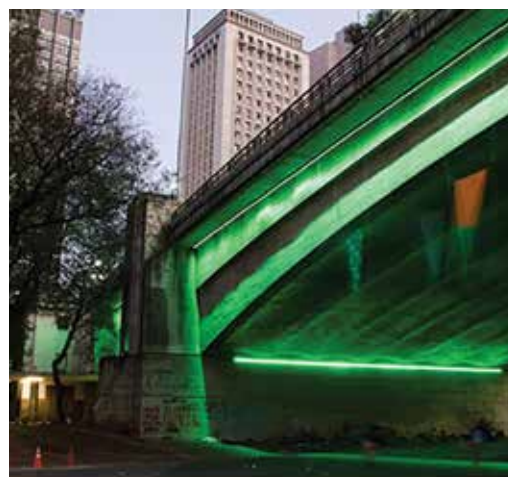
No dia 7 de junho, Franciane Marques participou com representantes das Associações estaduais de AGE convocada pela ANADEP em Brasília. No dia seguinte, realizaram visitas e reuniões com os parlamentares para tratar dos projetos de interesses dos Defensores Públicos, em especial PLP 257/16.

No dia 9 de junho, a Presidente da APADEP compareceu à Câmara Municipal de São Paulo para a solenidade de posse do Defensor Público-Geral, Davi Depiné, e dos membros eleitos do Conselho Superior. Após a sessão, a APADEP ofereceu um coquetel, na sede da Defensoria Pública, na Rua Boa Vista, 200.

Ainda em junho, no dia 17, Franciane Marques compareceu à solenidade de posse do novo Procurador Geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, para o biênio 2016/2018. A cerimônia contou com a presença de várias autoridades do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

No dia 21 de junho foi realizada a eleição da APADEP para o biênio 2016/2018. Pela primeira vez, foi utilizado o sistema eletrônico de votação, que permitiu que o resultado fosse conhecido momentos após o encerramento da votação. A Chapa Compromisso e Independência recebeu 275 votos. Houve um voto branco e 33 votos nulos. A APADEP fez um agradecimento especial a todos os envolvidos pela seriedade e empenho demonstrados ao longo de todo esse processo.

A atual Diretoria assumiu a gestão da Associação no dia 30 de julho, tendo como Presidente Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. ■





COLEÇÃO DEFENSORIA PÚBLICA

Entre agosto e setembro deve ser lançada a Coleção Defensoria Pública – Ponto a Ponto, escrita por Defensores Públicos. As publicações, que direcionam o concurseiro para a prova, com temas específicos da carreira e do cotidiano do Defensor Público, demonstram conceitos básicos, questões controversas, entendimento de doutrinadores, bem como a posição de diversos Tribunais, inclusive do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Na Defensoria Pública Paulista, a coleção conta com a participação da Dra. Hellen Lago, Dr. Guilherme Piccina, Dra. Fabiana Zapata, Dr. Flávio Frassetto, Dr. Aluísio Ré, Dr. Marcos Gomes, Dra. Kathya Romero, Dra. Carolina Gagliato, Dra. Bruna Simões e Dr. José Moacyr Doretto. O objetivo da obra é facilitar e sistematizar os estudos dos candidatos que se dedicam ao concurso da Defensoria Pública, mas ela também é indicada aos Defensores Públicos que atuam nas mais diversas áreas. O volume inerente aos Direitos da Criança e do Adolescente, por exemplo, aborda elementos interdisciplinares na busca da melhor atuação no campo da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, seja de forma judicial, seja no âmbito extrajudicial. Outro exemplo é a obra de Direito Penal, escrita pelo Dr. Alexandre Paranhos, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta teses utilizadas no dia a dia do Defensor e pode ser utilizada por qualquer integrante da carreira, na realização da defesa técnica dos assistidos. ■

SOLEINIDADE DE POSSE

A data da solenidade de posse da nova Diretoria da APADEP (Biênio 2016-2018) foi confirmada pelo Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), Fernando Capez, para o dia 19 de agosto. O evento ocorrerá no auditório Franco Montoro, na ALESP, a partir das 18 horas. ■

FOCO NOS PLANTÕES

A APADEP está atenta à tramitação do projeto de lei protocolado recentemente pela Administração Superior junto à ALESP, que trata sobre atividade aos finais de semana, feriados e recessos judiciários. Nosso trabalho será para a rápida aprovação na Assembleia. ■

PROCESSOS



APADEP

Associação Paulista de Defensores Públicos

www.apadep.org.br
11.3107.3347